

# Eleições no DF ficam para hoje

Ficou para hoje a decisão da Assembleia Nacional Constituinte sobre a data das primeiras eleições para governador e deputados distritais de Brasília. Ontem, a maior parte dos trabalhos foi ocupada com a votação das emendas referentes à anistia, mas hoje a matéria não tem como ficar de fora da pauta de votação, já que os trabalhos serão reiniciados a partir do artigo 11 e a questão do DF está no parágrafo terceiro do artigo 12.



Maria de Lourdes

Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) a conversar com Lourenço, para tentar mudar sua posição.

No Plenário, durante toda a sessão, quem mais articulava eram os deputados Augusto Carvalho (PCB-DF) e Maria Abadia, que só ficavam em suas cadeiras quando o presidente Ulysses Guimarães exigia: "Códigos, Códigos". A dupla deu até um fora ao tentar ganhar o voto do deputado Israel Pinheiro

(PMDB-MG). "O País não tem dinheiro para eleições", disse ele, informando que seria um dos que argumentaria da tribuna contra a emenda. O deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), com princípio de crise renal, tomou uma dose de Buscopan na veia, para resistir à dor e não se ausentar do plenário, com medo de perder a votação.

Do lado de fora, no Salão Verde, todos os presidentes de partidos do DF permaneceram também a postos, numa vigília que só terminou após às 20 horas, quando a sessão foi encerrada e as diretas para o DF ficaram confirmadas para a pauta de hoje. E no gramado em frente à rampa do Congresso, militantes mobilizados pelo virtual candidato do PMDB ao Palácio do Buriti, Múcio Athalide, desfaldavam faixas e bandeiras, deixando às claras que sua campanha já está nas ruas, antes mesmo que as eleições sejam aprovadas.



Apesar do clima emotivo das galerias, muitos constituintes acharam tempo até para brincar com um balão

## Destituição de Covas tem 50 adesões

Os integrantes do chamado Centro Democrático do PMDB já conseguiram reunir cerca de 50 assinaturas em um documento que, na prática, propõe a substituição do líder do partido na Constituinte, o senador Mário Covas. O cálculo foi feito pelo deputado Expedito Machado, que coordena o movimento.

Endereçado ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, o documento solicita-lhe que insista com Covas para que não deixe o PMDB. No entanto, recomenda que, caso fique, seja substituído na liderança, ainda que internamente, pelo deputado Ibsen Pinheiro.



Mário Covas

## Constituinte já vive fase do "fim de festa"

A emenda resultante de fusão que pretendia anistiar os marinheiros e cabos da Aeronáutica por atos administrativos era a grande preocupação dos assessores parlamentares dos ministros militares que passaram a tarde de ontem acompanhando atentamente a sessão e mantendo conversas com constituintes. Mas, como as demais emendas sobre o assunto, ela foi rejeitada. Prevaleceu, assim, o texto do Centrão. Segundo um dos assessores, os militares sempre sustentaram que não deveria entrar na nova Constituição "nada além do texto do Centrão, que garantiu a anistia política". De acordo com este assessor, todas as emendas que pretendiam modificar a proposta do Centrão abririam as portas para anistiar militares punidos por indisciplina.

Alguns assessores manifestaram a preocupação com a emenda resultante da fusão, e um deles chegou a observar que no processo constituinte há propostas que surgem "na boca do forno", numa manobra de quem visa surpreender os adversários. No final da vo-

tação, eles foram cumprimentados por deputados pelo trabalho que desenvolveram em favor das teses dos seus ministérios. De acordo com um funcionário do gabinete de um líder na Câmara, os assessores militares não passam mais de uma semana sem ir ao gabinete da liderança, fornecem material para estudo e acenam com a possibilidade de uma audiência com o ministro para esclarecimentos. Ontem, além dos assessores militares, circulavam também pelo plenário dois ex-assessores: capitão de mar-e-guerra Luiz Paulo Regufe, da Marinha, e general Werlton Roure, do Exército.

### DESINTERESSE

Durante grande parte da sessão, o desinteresse dos constituintes pelos discursos era evidente. Muitos conversavam, outros liam jornais — inclui-se os classificados. Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), o clima era de "fim de festa".

— O trabalho está acabando e a Constituinte exauriu-se, está se extinguindo como uma Assembleia. Está acabando o pri-

meiro turno de votação, e a maioria dos deputados votou apenas as questões fundamentais para o Governo. Acabando a votação da anistia, para muitos é o fim da Constituinte.

Segundo Delgado, o presidente José Sarney conseguiu "amesquinhar a Constituinte". Na primeira fase dos trabalhos, de acordo com o deputado, "era bonito, parecia que o País estava se encontrando com o Parlamento".

— Agora o povo está deixando a Constituinte à própria sorte.

Um dos momentos de agitação da sessão ocorreu quando o deputado Lysaneas Maciel (PDT-RJ) protestou contra o pronunciamento do ministro da Marinha "sobre uma coisa que compete à Constituinte". Houve aplausos e vaias.

Em dois outros momentos, os constituintes deram risadas: Primeiro, quando o deputado José Genoíno (PT-SP) foi ao microfone anunciando que nos "achados e perdidos" da Constituinte foi encontrado um bilhete do consultor-geral da República, Saulo Ramos, agradecendo a alguém "a solidariedade, o interesse".

## Impostos só vão mudar no próximo ano

A Constituinte deverá dar aos estados e municípios o período de quatro meses para que as assembleias estaduais e câmaras municipais façam a complementação legislativa para a adoção do novo sistema tributário. A proposta consta da fusão de emendas resultante de uma reunião realizada ontem entre representantes do PMDB, do PFL e do Centrão e significa que a vigência plena da reforma tributária só deverá começar no primeiro dia do quinto mês subsequente à promulgação da nova Carta. Ou seja, caso a promulgação ocorra em setembro, o novo sistema virá a partir de 1º de fevereiro do próximo ano.

A proposta deverá ser votada hoje e, segundo o deputado José Serra (PMDB-SP), ela é o ponto mais importante da negociação feita ontem entre os partidos com o objetivo de fazer com que seja gradual e racional a implementação do novo sistema. A emenda não fez qualquer alteração na proposta do Centrão em relação aos fundos de participação. O texto da fusão prevê a aplicação imediata das novas regras, ou seja, os novos percentuais do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) vigoram tão logo a nova Constituição seja promulgada. O FPE passará dos atuais 14% para 18%, enquanto o FPM pula do índice de 17% para 20%. Até 1993, quando estará concluída a reforma tributária, o FPM será acrescido em 0,5% anualmente e o FPE em 1989 sofre um aumento de 1% e nos anos seguintes também de 0,5%.

O fundo regional — que substitui o fundo especial para o desenvolvimento das regiões mais pobres — passa de 2% para 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o que não responsabiliza pelas maiores receitas geradas para a União.

### TRÊS ETAPAS

A idéia dos parlamentares que têm atuado mais diretamente na discussão da parte tributária da nova Constituição — José Serra (PMDB-SP), Francisco Dornelles (PFL-RJ), César Maia (PDT-RJ), Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS e Centrão) e Firmo de Castro (PMDB-CE) — é a de que a reforma seja implantada em três etapas: a primeira imediatamente, a segunda a partir de 1º de janeiro e a última no quinto mês subsequente à promulgação da Carta. Em 1º de janeiro entrariam em vigor as chamadas disposições de proteção ao contribuinte, dentre as quais constam a eliminação dos empréstimos compulsórios.

A fusão das emendas cria uma forma provisória para a cobrança dos impostos únicos sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, uma vez que a transferência da competência passará da União para os estados também a partir de janeiro. Estes impostos constarão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que substitui o ICM e até a vigência plena do novo sistema deverão ser cobrados pelas distribuidoras que funcionarão temporariamente como contribuintes substituídos para serem repassados aos estados consumidores. Em relação à tributação do ouro, a proposta é a de que, enquanto ativo financeiro, incida sobre ele apenas o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) mas como mercadoria ele continue sofrendo a tributação através do ICM. Da receita gerada pelo IOF, 75% ficarão com os estados e 25%, com os municípios.

## Hoje saem novos acordos

As lideranças partidárias reunidas no gabinete da liderança do PMDB na Constituinte revisaram ontem pela manhã todo o texto do título das disposições transitórias, a partir do que falta ser apreciado no artigo 5º, de modo a permitir a continuidade da votação em plenário. Isso porque, de acordo com os deputados Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) e José Lins (PFL-CE), vários pontos considerados polêmicos ficaram de fora das negociações anteriores.

As negociações de ontem de manhã pararam no artigo 10º, que trata do sistema Judiciário. Interrompidas pela votação do projeto de regulamentação das eleições municipais do plenário da Câmara dos Deputados, a reunião teve continuidade cerca de 30 minutos depois, quando as lideranças começaram a tentar um acordo com relação aos prazos para a entrada em vigor do novo sistema tributário nacional.

Segundo o deputado José Lins, pelo texto aprovado, o novo sistema tributário entraria em vigor logo após a promulgação da nova Carta, mas um acordo está prevendo mudanças nesse prazo.

## Votação não passa de 20 artigos

Apenas 20 dos 72 artigos das Disposições Transitórias deverão ser apreciados nesta semana, ficando o restante para a próxima. A previsão foi feita ontem pelos líderes que estão empenhados em fazer a triagem das emendas existentes. Antontem as discussões chegaram ao artigo 32, mas ontem os líderes voltaram a reexaminar as matérias relativas aos artigos 6º a 12º para amarrar a votação do bloco de fusões, após concluir as emendas sobre anistia aos militares. A votação mais polêmica de hoje será a definição de eleições para o Distrito Federal ainda este ano, no parágrafo 4º do artigo 12, e a concessão de anistia fiscal, no artigo 14.

Para a próxima semana ficarão pendentes temas polêmicos como a criação dos novos estados, o Triângulo por exemplo, a concessão ou não de estabilidade aos servidores públicos que tenham mais de cinco anos de serviço e a permanência da Zona Franca de Ma-

naus. "O meu cálculo é que terminaremos as Disposições Transitórias lá pelo dia 25 de junho. Mas friso que "poderemos", não posso garantir nada", observou o deputado Konder Reis (PDS/SC), um dos negociadores.

O deputado Afif Domingos (PL-SP), por outro lado, diz que não dá para fazer qualquer previsão, uma vez que está muito difícil fechar os acordos para agilização das votações. "Isso aqui parece prisão de ventre de dinossauro. Estamos vencendo artigo por artigo com muito sofrimento", compara o deputado.

Somente ontem à tarde os deputados José Serra (PMDB/SP) e Francisco Dornelles (PFL/RJ) conseguiram fechar a fusão de emendas que tratam do prazo de implantação do novo sistema tributário. Depois de ampla discussão com secretários de Fazenda de vários estados, os constituintes acertaram que a parte financeira que implique em aumento de

receita — aumento do Fundo de Participação para estados e municípios, e no IPVA — entrará em vigor imediatamente após a promulgação da nova Constituição.

As outras determinações do sistema tributário aprovadas no texto constitucional entrarão em vigor após 120 dias. Dentro deste prazo deverá ser aprovada legislação complementar que cuidará dos detalhes operacionais da implantação do novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), inclusive a mudança de participação dos estados e municípios neste imposto; a implantação da cobrança do imposto sobre grandes fortunas e a entrada em vigor da segunda parte do fundo de participação para estados e municípios.

Segundo o deputado José Serra, não foi difícil fechar as negociações sobre os prazos de implantação do novo sistema tributário, e os secretários de Fazenda ficaram satisfeitos.

## Marinheiros ficam sem a anistia

Você já se imaginou viúva de um marido vivo? Ou então casada com uma pessoa desconhecendo seu nome verdadeiro? Pode parecer roteiro de filme de ficção, mas é o que acontece na vida de cerca de 1509 marinheiros cassados pelo golpe de 64, que ontem viram o sonho da anistia bater asas da Constituinte. João Barbosa de Almeida, ou João Vicente Veiga — nome que adotou para fugir da perseguição do Doldodi, passou 17 anos casado com Rose Mary Autran Veiga, sem que ela soubesse sua verdadeira história de vida. Nesse mesmo período manteve-se afastado de seus pais, que o julgavam morto.

O crime de João Vicente foi a fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil — AMFNB, entidade que em março de 64 lutava para integrar a corporação ao cotidiano nacional, através do voto, da permissão ao casamento e ao estudo. E que por intransigência do Ministério da Marinha acabou se tornando uma arma política de apoio ao então presidente João Goulart. Mas o dia-a-dia depois de 64 não foi fácil. De cabo, com exame para terceiro sargento, João passou a ser vendedor autônomo. "Não passel fome, o maior sofrimento era a privação moral, o anonimato e a clandestinidade".

João Barbosa de Almeida e João Vicente Veiga são a mesma pessoa. Entretanto a primeira é considerada morta pela Marinha, enquanto a segunda sofre um processo por falsa identidade na Polícia Federal. O Almeida "deixou" três irmãs que hoje rece-



Cartão de identificação: como viúva

bem pensão da Marinha. O Veiga tenta levar uma vida normal, convivendo com o ranço da paranóia — que o impediu de assumir um cargo de magistrado conseguido em concurso, e com os traumas que o impedem de relatar fatos vividos em família, sem antes chorar.

"Não é anistia financeira que queremos", explicava ontem o ex-cabo. "Queremos anistia política, para que a Nação saiba das injustiças que sofremos", complementou. A questão para João é moral. Mas a Constituinte não entendeu.

As viúvas de verdade, que tiveram seus maridos executados pela polícia da época do presidente Médici, não recebem proventos. E o caso da mulher do cabo José Manuel da Silva, que não quis citar seu nome para "não prejudicar meu filho". José foi raptado em Toritama (PE) em 7 de janeiro de 1973. Apareceu morto dois dias depois. Deixou um filho e a mulher, que foi torturada e estuproada em delegacias pernambucanas.

Angústia maior é das mulheres que não sa-

berm se seus maridos estão vivos ou mortos. E o caso de Maria das Neves Duarte, casada com o fuzileiro naval Edgar Aquino Duarte, desaparecido em junho de 73, depois de passar dois anos preso, tendo sido companheiro de cela do hoje deputado federal José Genoíno. Até 1975 Maria das Neves Duarte teve que conviver com uma viatura policial em sua porta, diariamente. Todos os seus passos eram vigiados.

Para Inácio Valério de Souza, ex-marinheiro, que acompanhou a votação da emenda do líder Mário Covas da galeria, as coisas não foram mais fáceis. Ele participou dos três dias de motim patrocinado pela AMFNB no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em março 64, que culminou com a cassação de todos os envolvidos por "ato administrativo", segundo a Secretaria Naval, e por "perseguição política", de acordo com os banidos. Entre 72 e 75 usou o nome falso de Pedro de Oliveira, graças a documentos conseguidos junto ao partido comunista argentino.